

HERANÇAS ESCRAVISTAS E AMBIGÜIDADE POLÍTICA NAS AMÉRICAS

Prof. Dr. José Alberto Bandeira Ramos

INTRODUÇÃO

O presente texto constitui uma versão resumida do relatório de pesquisa de Pós-doutoramento realizada no PROLAM/USP, aprovado pela CPG deste Programa de Pós-graduação e que se encontra disponível para publicação em sua íntegra.

A pesquisa contemplou um período global de mais de três séculos, abrangendo três subperíodos: o primeiro abarca dois séculos e meio (1500-1750) e corresponde ao de formação das sociedades escravistas americanas; o segundo e o terceiro subperíodos percorrem conjunturas de crise prolongada, correspondendo, respectivamente, às chamadas crise do escravismo colonial (1750-1850) e à crise final do escravismo nas Américas (de 1850 até às três primeiras décadas do século XX).

Trata-se de um estudo de história comparada, em que se tomou o Brasil como referencial e em que se identificaram quatro grandes trajetórias históricas diferenciadas, marcadas, todas elas, pela presença de relações escravistas como divisor de águas.

HERANÇAS ESCRAVISTAS: MANIFESTAÇÕES TÍPICAS

As heranças escravistas são conceituadas como sintomas e processos que vêm até à atualidade. Daí a sua denominação. O que varia, e muito, são suas formas de ocorrência; tal variação tem a ver com as diferenças de percurso histórico, ou seja, com as diferentes trajetórias identificadas. Tais percursos correspondem, no conjunto das Américas, a quatro grandes categorias de trajetória histórica.

A seguir são tratadas algumas dessas principais manifestações típicas de heranças escravistas.

A primeira delas pode ser enunciada como uma forte tendência ao **consumo ostentatório**, em detrimento do que se qualifica como uma **tendência ao inversionismo**.

Trata-se de uma característica bastante acentuada do comportamento das classes dominantes nas sociedades de escravismo colonial, especialmente dos senhores de engenho. **Mas se trata, sobretudo, do caráter perdulário da própria economia escravista.**

Isto é exatamente o oposto do que caracteriza as sociedades capitalistas, principalmente aquelas mais clássicas, e desde a sua formação. Como se sabe, o sistema capitalista pressupõe o investimento e o reinvestimento do sobre-trabalho, isto é, da **mais-valia**.

Esta é uma tendência prevaiente, com muito mais nitidez, nos países de origem ibérica da América Latina, do que naqueles oriundos do antigo domínio colonial inglês. Sua presença, por sua vez, se dá em graus variados, nos diversos países da América Latina. Tal tendência, impõe-se assinalar, constitui-se num freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A segunda manifestação de **herança escravista** vai na mesma direção da anterior: **predominância das relações de caráter pessoal** sobre aquelas que decorrem de **relações contratuais**. Esta é, em verdade, uma característica marcante das sociedades escravistas nas Américas, do chamado escravismo moderno. Em tais sociedades, via de regra, não há contratos—nem escritos, nem orais, e sim, todo um ordenamento social baseado na **tradição, na autoridade pessoal** dos proprietários e/ou dos mandatários do aparelho de Estado, este que tem caráter marcadamente absolutista.

É, exatamente, a situação contrária que caracteriza as sociedades capitalistas, estas que necessitam de **relações contratuais**, para a garantia **do caráter de impessoalidade**, nas relações de trabalho, por exemplo; ao capitalismo -- ou se se quer, aos capitalistas enquanto empregadores de força de trabalho não -- não interessa relações de trabalho de natureza pessoal com seus empregados. Ao contrário, existe toda uma linha de ação que se apóia em instrumento contratual, através de procedimentos administrativos, de natureza funcional-burocrática. Isto é válido, e necessário, não só para ordenar as relações entre capital e trabalho, como para todo o conjunto da estrutura social capitalista.

Esta característica das sociedades escravistas, que se revela na predominância, ou maior importância, das relações de natureza pessoal, exerce também um forte freio ao livre desenvolvimento das relações capitalistas de produção em si. É, por essa razão, uma **herança escravista** que, marcadamente, continua presente nas **sociedades pós-escravistas**, variando tão somente nas suas manifestações específicas, conforme cada uma das quatro grandes trajetórias históricas identificadas.

A terceira manifestação de **herança escravista**, de certo modo já implícita na anterior, e que assume importância especial nas sociedades pós-escravistas, pelas implicações políticas que dela decorrem, é o que aqui se chama de **ranço autoritário nas relações de poder**; ranço que se manifesta especificamente sob a forma de uma resistência a qualquer espécie de negociação. Lembre-se que a autoridade pessoal do senhor escravista, ao ser exercida, tende a fechar qualquer espaço para negociação com os que lhe são subordinados, embora tenha havido, sim, ao longo de todo o período **das sociedades escravistas**, outras espécies de entendimento – **mas sem passarem nunca por qualquer espécie de negociação**.

Bem ao contrário, nas sociedades capitalistas, ou nas que caminham para elas, o processo de negociação na compra e venda de força de trabalho, por exemplo, constitui elemento fundamental; e seu instrumento formal são os **contratos de trabalho**; o que pressupõe, evidentemente, algum procedimento de negociação entre as partes. Nas sociedades capitalistas mais desenvolvidas, aquelas situadas longe da assim chamada “periferia”, já se chegou até à prática de contratos coletivos de trabalho, envolvendo categorias de trabalhadores e diversas categorias de empregadores. Pode-se assim afirmar que as sociedades capitalistas, em suas formas maduras (claro que situadas nos centros metropolitanos de poder), são marcadas pela prática rotineira de procedimentos de negociação entre empregados e empregadores.

Inversamente, **a resistência aos procedimentos de negociação** é própria dos herdeiros das sociedades que transitaram do escravismo para o capitalismo. Este **ranço autoritário**, presente na ideologia dos herdeiros dos senhores de escravos, hoje donos do

capital, constitui elemento fundamental da **essência autoritária**, vigente até ao presente, nas relações de poder, isto é, na **esfera das relações políticas**, incluindo principalmente as que envolvem as **estruturas estatais**.

Pode-se afirmar, então, que o **poder político**, em todas as sociedades pós-escravistas das Américas, com exceção do caso especial dos Estados Unidos da América em sua origem, é **essencialmente autoritário** – em sua **estrutura**, em suas **práticas**, e em seus **valores**. As formas democráticas de convivência social e política, herança da liberal democracia resultante das revoluções burguesas, são, pois, de caráter muito recente no mundo originário das sociedades pós-escravistas; e de precária sustentabilidade. **Isto deve ficar posto, no processo comparativo de análise, como um aspecto essencial.**

AS CONJUNTURAS DE CRISE E SEUS DESFECHOS

Faça-se referência, inicialmente, ao primeiro sub-período de crise, que é o **da crise do escravismo colonial**. Ele possui características especiais, conforme se assinala a seguir. Em primeiro lugar, pela sua importância, aponte-se para o seu **caráter extracontinental**, na determinação mais profunda da crise do escravismo colonial. Embora esta ocorra no território das Américas, possui, enquanto fenômeno histórico, uma essência e uma dimensão que extrapolam o continente americano. Ela é parte de um processo maior, de **mundialização das relações de poder**, cujo marco inicial foi dado pelas Grandes Navegações, nos primórdios da Era Moderna, em que se promove a incorporação de outros territórios às correntes de comércio, no marco da formação do mercado mundial.

O momento de agudização da crise do escravismo colonial se dá quando este fenômeno, de constituição de um mercado mundial, não só está em plena vigência, mas assume, por isso mesmo, um papel determinante nos processos sociais, sobretudo nas relações entre as potências imperiais, e entre estas e suas colônias. Tal compreensão mostra-se decisiva, em qualquer análise que se tenha de fazer sobre a História das Américas. Todos os fenômenos, os fatos sociais e políticos, ocorridos neste Continente têm que ser encarados nas suas inter-relações com o que se passa **fora das Américas**, isto é, a nível **atlântico**. Tal procedimento de análise histórica comparativa implica em **situar a**

própria crise do escravismo colonial no marco de um processo mais amplo, a nível mundial, ou extracontinental, se se quiser.

É preciso esclarecer, com mais precisão, o conceito do que se está denominando de **conjunturas de crise**, especialmente dos seus **processos de desfecho**. As conjunturas de crise são marcadas, no longo prazo, por um processo mais acentuado de **turbulência política**. Os momentos de desfecho de tais conjunturas referem-se, especificamente, ao que já se denominou aqui de **agudização da crise**.

Aspecto relevante, em toda a História da América escravista e pós-escravista, constitui-se no fato fundamental de que, de uma maneira generalizada (salvo exceções), tais desfechos tomam sempre um **rumo conservador**. Tal permite afirmar-se ter havido uma predominância de soluções conservadoras na História das Américas em geral. Tal predominância mostra-se, no caso da primeira grande conjuntura de crise do escravismo, a crise do escravismo colonial, como a sua espécie de **marca registrada**. O que ocorre de específico, neste particular, são as variações de forma e de conteúdo deste fenômeno geral, conforme se trate das diferenciadas trajetórias históricas estudadas.

Focalizem-se agora as conjunturas de crise e seus respectivos desfechos, ocorridas no segundo sub-período contemplado, o da **crise final do escravismo**. O fato fundamental de tal sub-período consistiu na **persistência do escravismo**, mesmo após a derrocada do colonialismo absolutista. É importante entender, neste sentido, que a própria crise do escravismo colonial esteve estreitamente associada a esta derrocada do colonialismo absolutista. Mas é aqui que se impõe entender também que estes dois processos, o da crise do escravismo colonial e o da derrocada do colonialismo absolutista, embora correlacionados, **não são, todavia, necessariamente simultâneos, ao nível do Continente americano**. É por isto mesmo que, neste segundo sub-período, pós-1850, banido o colonialismo absolutista—em face das revoluções burguesas, na Europa e mesmo no Continente Americano—persistiram, em algumas áreas importantes das Américas, como no Império centralista brasileiro, na Cuba colonial, e no Sul da república federalista norte-

americana, relações escravistas de produção, e agora com **forte inserção no mercado internacional**.

No caso brasileiro, tal ocorreu, fundamentalmente, no Centro-Sul, com a lavoura do café; no caso norte-americano, nos seus Estados escravistas do Sul, com as lavouras do algodão e do fumo; e no caso da Cuba colonial, com a produção de açúcar em grandes engenhos escravistas, embora tecnologicamente renovados. Maiores detalhes de tais trajetórias são tratados no trabalho completo.

NATUREZA DA AMBIGÜIDADE POLÍTICA

As análises desenvolvidas ao longo das duas conjunturas de crise tratadas neste estudo permitem entender-se o fato fundamental de que, num longo período histórico nas Américas, as relações escravistas assumiram sempre um papel de centralidade, sobretudo nas conjunturas agudas de crise, atuando como uma espécie de divisor de águas. Tal é o cerne do que aqui se está chamando de ambigüidade política, como fenômeno fundamental na História das Américas.

Tal divisor de águas manifesta-se de modo especialmente dramático quando se analisam os movimentos sociais libertários, mesmo aqueles mais avançados, política e ideologicamente. É que, em sua prática concreta, todos eles esbarravam nas relações escravistas, isto é, na questão escrava, na presença de contingentes escravos na força de trabalho, e também, de modo especial, na medida em que tais contingentes se mostravam como uma força social e política, protagonista, com suas lutas específicas anticativeiro, de um processo que muitas vezes ameaçou, sobretudo na crise final do escravismo, o conjunto da sacrossanta propriedade privada dos meios de produção.

O escravismo, jamais superado historicamente de forma radical, em todas as Américas—a não ser localizadamente e de forma descontínua—o escravismo como sistema remanescente, por suas heranças, nas sociedades pós-escravistas, e até ao presente, representou a grande barreira econômica, política e ideológica para o ingresso das Américas, particularíssimamente a América Latina, na via da chamada democracia burguesa radical que, no caso, requeria o rompimento com o neocolonialismo capitalista hegemônico.

Tal é, então, a razão última do atraso político da América Latina em seu conjunto, e especialíssimamente, da trajetória política percorrida pelo Estado-nação brasileiro. Daí a ambigüidade política como fenômeno fundamental da própria História americana.